



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.
www.jornaldocomercio.com/agro



Agro gaúcho defende diálogo com Lula e cobra avanços

Entidades apontam prioridades como crédito, seguro e infraestrutura

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

A disposição para manter o diálogo com o governo federal, mas com a expectativa de avanços nas políticas voltadas ao setor produtivo, marca as manifestações de entidades do agronegócio gaúcho sobre a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Consultada pelo Jornal do Comércio, a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (FecoAgro/RS) defendeu a interlocução institucional com o Planalto e apontou prioridades para o próximo mandato, especialmente nas áreas de crédito, seguro rural, infraestrutura e competitividade.

A FecoAgro considera necessário superar a polarização política e estabelecer políticas de Estado para o agronegócio, com diretrizes que não dependam das mudanças de governo. A entidade espera que a produção agropecuária seja tratada como prioridade estratégica, com maior previsibilidade nas decisões e melhores condições para os produtores.

“O Brasil precisa superar a polarização política e avançar na construção de consensos em torno das prioridades estratégicas para o desenvolvimento do País”, afirmou a federação, em resposta ao JC.

Para a entidade, governo, setor produtivo e representantes institucionais precisam construir soluções

conjuntas, especialmente em questões que afetam o financiamento da produção e a capacidade de investimento. A FecoAgro defende segurança jurídica, planejamento de longo prazo e continuidade das políticas públicas, independentemente das divergências partidárias.

Questionada especificamente sobre a possibilidade de aproximação com o governo Lula, a federação informou que já mantém contatos com a administração federal por canais técnicos, em pautas relacionadas ao cooperativismo e ao agronegócio. Essa interlocução deverá continuar, mas a entidade considera necessário ampliar o alinhamento institucional e pretende aguardar a definição da composição do próximo governo antes de avançar.

Entre as reivindicações, a FecoAgro destaca o fortalecimento do seguro rural, com recursos suficientes para atender à demanda e previsibilidade orçamentária. A entidade cobra que a subvenção federal ao prêmio do seguro seja liberada em tempo hábil para a contratação das apólices antes do plantio, reduzindo o custo da proteção para os produtores.

Outra prioridade é o crédito rural, com juros menores e condições de financiamento compatíveis com a atividade agropecuária. A federação também defende medidas para aliviar o endividamento dos agricultores, com prazos e mecanismos de pagamento adequados

à capacidade financeira e aos ciclos de produção.

As reivindicações ganham relevância no Rio Grande do Sul, onde sucessivas perdas climáticas agravaram as dificuldades financeiras de produtores e cooperativas. Apesar das medidas federais de renegociação adotadas nos últimos anos, entidades do setor têm apontado limitações no acesso às linhas de crédito destinadas à recuperação das atividades.

Na infraestrutura, a FecoAgro pede investimentos em rodovias, ferrovias e hidrovias, com o objetivo de reduzir os custos de transporte e melhorar a competitividade da produção brasileira.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetagro-RS), Eugênio Zanetti, também cobrou mudanças na política agrícola federal. Em entrevista ao Valor Econômico, afirmou que Lula precisa “refletir onde errou e corrigir o rumo”, especialmente diante das dificuldades enfrentadas pelos produtores gaúchos após sucessivas perdas climáticas.

Zanetti apontou o endividamento rural como uma questão ainda não resolvida e defendeu juros menores, ampliação da cobertura do seguro agrícola e melhorias no Proagro. Segundo ele, menos de 10% da agricultura brasileira conta com algum tipo de seguro, situação que considera inaceitável diante da importância econômica do setor.

WENDERSON ARAUJO/CNA/DIVULGAÇÃO/JC



FecoAgro e Fetagro-RS buscarão junto ao presidente políticas de longo prazo para o setor no Estado



Gerson Anzzulin
atencaonoseguro@gmail.com

Atenção no seguro

INFORME PUBLICITÁRIO

A nova fase dos corretores de seguros

O Sindicato dos Corretores de Seguros do Rio Grande do Sul realiza nesta terça-feira, das 13h às 18h, na Casa de Retiro, em Passo Fundo, a quinta e última edição de 2026 do Fórum Regional de Seguros. As edições anteriores foram realizadas nas cidades de Caxias do Sul, Santo Ângelo, Santa Maria e Porto Alegre com as participações de representantes da Bradesco Seguros, HDI e Porto Seguro.



André Thozeski: “O corretor tem que se especializar”

Nesta entrevista, o presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros do Rio Grande do Sul, André Thozeski, destaca os objetivos do evento.

- Qual é a proposta básica desta iniciativa?

O Fórum reúne corretores de seguros e suas equipes para um encontro de requalificação com as demandas de cada região.

- Como os corretores estão se adaptando à nova Lei do Seguro?

Muito bem. É uma legislação forte e importante, pois traz responsabilidades e direitos muito claros para todas as partes. Nós temos num único instrumento jurídico os regimentos para os segurados, corretores e seguradoras.

- Qual o principal cuidado que o corretor deve ter com essa legislação?

O dever de informação, de total transparência e esclarecimento, tanto ao cliente quanto à seguradora, sobre todas as características da apólice de seguro que está sendo contratada.

- É preciso estar atento aos dados dos clientes?

Sim. O corretor e o profissional de uma seguradora são responsáveis pelo sigilo da informação do cliente. Isto já estava previsto na Lei Geral de Proteção de Dados e agora está reforçado com a nova Lei do Seguro.

- Quais as principais demandas apresentadas nas edições do Fórum?

Destaco a procura por informações sobre as possibilidades de coberturas para riscos que até então não se tinha tanta atenção. A Responsabilidade Civil é um deles. As pessoas estão tendo conhecimento dos seus direitos e deveres. Afinal, todo dano que eu venha a causar a alguém, terei que reparar. O seguro que protege isso é o de Responsabilidade Civil. Outra demanda é o seguro contra ataques cibernéticos. Mais que uma proteção dos prejuízos materiais que estes ataques possam causar, essas apólices também disponibilizam uma consultoria para que estes episódios não ocorram.

- Como está o debate sobre os riscos do El Niño?

Temos prejuízos cada vez maiores em função das mudanças climáticas. Com frequência temos ocorrências de alagamentos, enchentes, inundações, desmoronamentos e ventos fortes. Isso demanda que as coberturas de seguros para estas necessidades sejam ampliadas. O cidadão precisa ter consciência de tudo aquilo que possa lhe prejudicar pode estar protegido pelo seguro. O corretor de seguros, em conjunto com o seu cliente, precisa fazer um levantamento de todos os riscos possíveis. A partir daí buscará no mercado segurador as melhores opções para a cobertura dos riscos.

Proteção começa sempre com **informação.**

Siga o SINDSEGRS nas redes sociais para conhecer tudo sobre o Mercado Segurador, de forma didática e envolvente.



130 ANOS